EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL – VARA ÚNICA – FORO DA COMARCA DE TAQUARITUBA
ID C260844

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1º e 2º leilão) do bem abaixo descrito, ora objetivando a intimação dos executados: **OLARIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO JOÃO DE BARRO LTDA. EPP; ANTONIO SEBASTIÃO ALVES; ESPÓLIO DE MANOEL ALVES representado por seu inventariante PEDRO BRAZ ALVES; PEDRO BRAZ ALVES E ESPÓLIO DE JOSÉ SALVADOR ALVES representado por sua administradora provisória SAMIRA APARECIDA DE LARA ALVES**; em razão da **Ação de Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1000745-87.2016.8.26.0620,** em trâmite perante a **Vara Única – Foro da Comarca de Taquarituba,** ajuizada por **COOPERATIVA DE CRÉDIO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAÍ, PARANAPANEMA, AVARÉ - SICOOB CREDICERIPA.**

INTERESSADOS: coproprietários **CESAR AUGUSTO GOMES, JOSANDRA IZODORA MARTINATE GOMES, SAMIRA APARECIDA DE LARA ALVES, SUSELI PEREIRA RODRIGUES, VALDIR RODRIGUES, MARIO NUNES DE LIMA, FRANCISCO FERREIRA e JOÃO NUNES DE LIMA**, terceiros **SOUZADUBOS COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA.; COMERCIAL SUL PARANÁ S/A; BANCO BRADESCO S/A**; **DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO; BANCO DO BRASIL S/A e FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS;** e demais interessados.

O MM. Juiz de Direito, Dr. João Lucas Martins, na forma da lei, **FAZ SABER**, que, fora designada a alienação do respectivo bem penhorado nos autos, por meio de leilão eletrônico (nos termos do Prov. CSM nº 19/2021, bem como os artigos 879 a 903 do CPC), a ser realizado na plataforma da Gestora Globo Leilões (www.globoleiloes.com.br), conduzido pela **Leiloeira Pública Oficial, Cassia Negrete Nunes Balbino**, matriculada na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.151. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no sítio eletrônico supramencionado (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

1. **Descrição do imóvel:** Fração ideal de 23,3664%, aproximadamente 13,0618 hectares do imóvel rural, situado no município e Comarca de Taquarituba-SP, designado GLEBA A, denominado Fazenda Queimadão, com área total de 55,900 hectares.

   Localização: Fazenda Queimadão, Zona Rural, Taquarituba/SP - Coordenadas 23°29'35.2"S 49°16'31.9"W. O acesso ao imóvel se dá pela SP-249 (sentido Taguaí) por aproximadamente 4,5 km, entrando à direita na estrada de terra TQT-188, sentido Bairro dos Rolin, percorrendo mais 3 km até o lote.

   Observação: Conforme Laudo de Avaliação, a área encontra-se abandonada sem nenhum tipo de exploração extrativista, pecuária ou agrícola.

Matrícula Imobiliária nº			12.047 do Cartório de Registro de Imóveis de Taquarituba	
Inscrição Cadastral nº				
Ônus				
Averbação/Registro	**Data**	**Ato**	**Processo**	**Credor**
Av.2	04/08/2015	Hipoteca	-	SOUZADUBOS COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA
Av.3	04/08/2015	Penhora	1401/2005	COMERCIAL SUL PARANÁ S/A
Av.10	16/10/2017	Ajuizamento de Ação	1001044-47.2017.8.26.0620	BANCO BRADESCO S/A
Av.11	26/12/2019	Penhora	1001044-47.2017.8.26.0620	BANCO BRADESCO S/A
Av.12	26/12/2019	Penhora	1001044-47.2017.8.26.0620	BANCO BRADESCO S/A
Av.13	17/11/2020	Penhora	1001044-64.2016.8.26.0620	COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICERIPA – SICOOB CREDICERIPA
Av.14	17/11/2020	Penhora	1001044-64.2016.8.26.0620	COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICERIPA – SICOOB CREDICERIPA
Av.17	28/04/2023	Penhora Exequenda	1000745-87.2016.8.26.0620	COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICERIPA – SICOOB CREDICERIPA
Av.19	16/09/2025	Indisponibilidade	1001052-41.2016.8.26.0620	DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av.20	19/11/2025	Indisponibilidade	0000540-31.2023.8.26.0620	BANCO DO BRASIL S/A
Av.21	10/12/2025	Indisponibilidade	1000747-57.2016.8.26.0620	COOPERATIVA DE CRÉDIO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAI, PARANAPANEMA, AVARÉ - SICOOB CREDICERIPA
Av.22	10/12/2025	Indisponibilidade	0000041-76.2025.8.26.0620	FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS
Av.23	10/12/2025	Indisponibilidade	0000283-45.2019.8.26.0620	BANCO DO BRASIL S/A
Av.24	11/12/2025	Indisponibilidade	0000283-45.2019.8.26.0620	BANCO DO BRASIL S/A
Av.25	12/12/2025	Indisponibilidade	0000283-45.2019.8.26.0620	BANCO DO BRASIL S/A

Valor de avaliação – referente a cota total de 23,3664%: R$ 619.777,00 (julho/2021) – Laudo de Avaliação às fls. 398/426.
Valor de avaliação atualizado da cota total de 23,3664%: R$ 829.872,72 (outubro/2026). O valor de avaliação será atualizado à época das praças, por meio do índice do E. TJ/SP.

Débito tributário: O débito tributário será sub-rogado no valor da arrematação, conforme dispõe artigo 130, do Código Tributário Nacional.

Débito exequendo: R$ 22.290,98 (março/2016) - ressalvada de incidência de atualização monetária e encargos até a arrematação.

DATAS DOS LEILÕES: 1º Leilão terá início em 29 de janeiro de 2027, às 11:00, e se encerrará em 01 de fevereiro de 2027, às 11:00. Não havendo lance igual ou superior à avaliação, nos 3 (três) dias subsequentes ao início do 1º Leilão, o **2º Leilão seguir-se-á, iniciando-se em 01 de fevereiro de 2027, às 11:01, e se encerrará em 22 de fevereiro de 2027, às 11:00. Deverá ser considerado o horário oficial de Brasília/DF.**

CONDIÇÕES DE LANCES E PROPOSTAS: Será considerado arrematante aquele que ofertar lance igual ou superior ao valor de avaliação atualizado em 1º Leilão, e, no 2º Leilão, aquele que oferecer lance igual ou superior a 50% do valor da avaliação atualizado. Caso não haja lance para pagamento à vista nos leilões realizados, serão admitidas propostas de arrematação parcelada, exclusivamente por meio do sítio da Gestora - www.globoleiloes.com.br (nos termos do Art. 22, parágrafo único, da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para efetivação, será necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses. O saldo devedor sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta, todas serão destinadas a apreciação do MM. Juízo da causa, prevalecendo a de maior valor, ou melhores condições (artigo 891, parágrafo único; e artigo 895, §§ 1º ao 8º, todos do CPC). Nos termos do art. 895 do CPC/2015, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

Na hipótese de arrematação parcelada de bens móveis ou imóveis, a **expedição da Carta de Arrematação** dependerá de determinação do Juízo competente. Ainda que o saldo devedor esteja garantido por hipoteca sobre o próprio bem, o magistrado poderá, conforme as peculiaridades do caso e as exigências do processo, **condicionar a expedição da Carta de Arrematação à quitação integral do saldo remanescente**, observando-se a legislação processual aplicável e a decisão judicial proferida nos autos.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil, gerada no https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida, com as parcelas vincendas (895, § 4º, do CPC). Ainda, se o exequente arrematar o bem, e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa deste (artigo 892, §1º, CPC).

PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente, e em igualdade de oferta, terão preferência na aquisição dos bens, o devedor ou seu cônjuge, o companheiro, o descendente ou o ascendente do executado, e os coproprietários (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

COMISSÃO DA LEILOEIRA: O arrematante deverá pagar o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. Este valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem; e pelo executado nos casos de acordo e remição. Deverá ser paga mediante DOC, TED, depósito em dinheiro ou Pix, no prazo de 24 horas a contar do encerramento do leilão, na conta bancária da Leiloeira Oficial, a ser indicada após a arrematação (artigo 884, parágrafo único, do CPC; artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ; e artigo 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32). Ainda, a devida comissão não será devolvida ao arrematante, salvo se, a arrematação for desfeita por determinação judicial, ou por razões alheias à vontade deste.

INADIMPLEMENTO: Caso não efetuado no prazo estipulado, o depósito da oferta e/ou o pagamento da comissão da leiloeira, esta comunicará o MM. Juízo responsável, que apreciará os lances imediatamente anteriores, ora sem prejuízo da aplicação de sanção prevista no art. 897 do CPC, ao arrematante remisso. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação, ou promover em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução, em que se deu a arrematação. (Art. 895, §5º do CPC).

DESISTÊNCIA: Inexistindo prévio motivo para desistência do arrematante, poderá ser configurado fraude em leilão. Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente (art. 186 e 927, do Código Civil, e art. 358 do Código Penal), ficando ainda obrigado a pagar a título de multa, o valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, em favor da leiloeira, sem prejuízo a demais sanções aplicadas pelo MM. Juízo da causa. Poderá ainda, a leiloeira emitir título de crédito, para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito.

CANCELAMENTO DO LEILÃO: Havendo cancelamento ou suspensão das hastas após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pelos leiloeiros, a serem pagas pela parte requerida ou aquela que der causa ao cancelamento (Resolução nº 236/2016, CNJ).

DESPESAS: Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados, correrão por conta do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

VENDA EM CARÁTER "*AD CORPUS*": O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

DÉBITOS: O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

ALIENAÇÃO PARTICULAR: Objetivando a celeridade, economia e efetividade processual, na eventualidade de restar negativo o leilão em apreço, a leiloeira ficará autorizada a prosseguir com a venda por meio de Alienação Particular, conforme autorizado pelo Provimento CSM nº 1496/2008. Estabelece-se o prazo total de até 90 (noventa) dias para conclusão dessa

modalidade de venda, divididos em ciclos sucessivos de 15 (quinze) dias corridos, ao longo dos quais poderão ser recebidas propostas de aquisição à vista ou parcelada. Cada proposta será submetida, imediatamente, à apreciação do MM. Juízo, independentemente da conclusão do ciclo em curso. Expirado o prazo total sem a efetivação da venda, a autorização para alienação particular será considerada encerrada.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Através do e-mail: atendimento@globoleiloes.com.br, ou telefone fixo e WhatsApp: (11) 4020-1694. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita exclusivamente pelo sítio eletrônico da Globo Leilões: www.globoleiloes.com.br, cujo endereço profissional é a Avenida Paulista, nº 1.079, 7º e 8º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP: 01311-200.

A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (Art. 889, parágrafo único, do CPC). Dos autos não constam recursos ou causas pendentes de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

Taquarituba, 03 de novembro de 2026.

Eu, _____, Escrevente, digitei.
Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. JOÃO LUCAS MARTINS
JUIZ DE DIREITO